

Pensamento crítico *versus* Pensamento tradicional

Critical thought *versus* Traditional thought

Fernando G. Tenório¹

Não saberia dizer se a publicação deste número especial dos *Cadernos Ebape*, poderia ser uma amostra do real “estado da arte” dos estudos organizacionais submetidos ao pensamento crítico no espaço universitário brasileiro. Apesar de autores brasileiros como Alberto Guerreiro Ramos, Fernando Prestes Motta e Maurício Tragtenberg (pelo menos os memoráveis) terem há tempos questionado o pensamento organizacional tradicional, não parece ser que o pensamento crítico faça parte da preocupação acadêmica das instituições dedicadas ao ensino da Administração no Brasil. Algumas poucas instituições, além de um ou outro pesquisador, têm pautado sua orientação de ensino e pesquisa a contrapelo da hegemonia instrumentalista. Iniciativas como estas podem arrefecer os ânimos belicistas do pensamento organizacional estratégico, porém não sei se tais ânimos poderão contribuir para minimizar o efeito acrítico predominante. De imediato, duas são as percepções que referenciam este pessimismo e que são fundadas nas décadas de contato com os conceitos e práticas observadas, e por que não praticadas, ao longo da minha “folha corrida”.

A primeira das sensações refere-se ao fato da grade de disciplinas ofertadas nas instituições de ensino dedicada a Administração, serem pautadas pelo pensamento tradicional idealizado, e globalizado, pelas necessidades projetadas ao consumidor pelo mercado, e não pela imprescindibilidade da sociedade, da cidadania. Das últimas décadas do século XX aos nossos dias, a ênfase dada a partir do mercado, enquanto espaço de troca monetarizado, tem traçado a matriz de um processo de ensino que não está preocupada com a aprendizagem enquanto saber consciente, mas com saber operacionalizante de forças produtivas cada vez mais assentadas em tecnologias redutoras da criatividade humana. O espaço para o conhecimento da razão e, conseqüentemente, de sua relação com a totalidade, com a sociedade, fica reduzido, predominantemente, aos limites das disciplinas eletivas, opcionais. Não se pode dar ao luxo de discussões emancipatórias, mas sim preparar administradores para promover a gestão do supérfluo. A ideologia do mercadocentrismo desloca aquela do republicanismo. A propósito, alguns defendem que o ensino e a pesquisa norteadas pelas ciências humanas ou sociais, é “um luxo” que os países de terceiro mundo não podem “consumir”.

A outra percepção está relacionada ao significado substantivo que o pensamento crítico possa ter àqueles que o reproduzem. Até que ponto esta reprodução não passa de um fac-simile de um modismo importado? Ou tal processo não ocorreria tanto pela posição consciente e antitética ao paradigma socioeconômico vigente quanto pelas suas conseqüências no interior das organizações, notadamente, na força de trabalho? Se é para estar “in” com as “novas cores da estação”, uma vez que dadas instituições estrangeiras e/ou periódicos “nível A” tem pautado a agenda das publicações com a temática, é melhor continuar “out”, manter-se na instrumentalidade do conhecimento para não correr o risco de ser avaliado como um ingênuo, utópico. Infelizmente o *fenômeno capesiano* tem obrigado os trabalhadores imateriais a seguir comportamentos de trabalhadores de “chão de fábrica” (nada contra estes), a cumprir cotas através de artigos que nutrem o sistema adjetivamente e não sobre a essência de suas contradições. E a interpretação deste fenômeno nas organizações de ensino e pesquisa, muitas vezes fica aquém da qualificação de conteúdo para submeter-se a quantificação de resultados, uma vez que a discussão coletiva de tais parâmetros não é cogitada. Por quê? Porque a norma prussiana já foi definida. O diálogo, gênese da crítica, foi substituído pelo monólogo, gênese do prussianismo.

¹ Doutor em Engenharia da Produção pela UFRJ. Mestre em Educação pela UFRJ. Bacharel em Administração pelo Instituto Metodista de Ensino. Professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Endereço: Praia de Botafogo, 190 – sala 507 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ. Brasil – CEP: 22250-900. E-mail: fernando.tenorio@fgv.br

Concluindo estas percepções, diríamos que não devemos submeter o pensamento crítico aos mesmos critérios do pensamento tradicional. Ou seja, é necessário reconhecer que o potencial dos estudos organizacionais, pelo menos aquele hegemônico até agora, restringe-se a processos produtivos enquanto meios de sustentação da produtividade microeconômica (de bens ou serviços). Os estudos organizacionais carecem de um pensamento cujo potencial tenha a sociedade como o seu marco decisivo, e não apenas o mercado. Portanto, teorias sociais que sejam referenciadas pela unidade dos contrários e não teorias organizacionais relatoras da funcionalidade, deveriam ser a orientação de tais estudos. A preocupação funcional, utilitarista, com os meios, só tem promovido o mal-estar da sociedade. Haja vista, por exemplo, as questões financeiras e ecológicas vividos na nossa contemporaneidade. Qual administrador desejamos formar? Aquele consciente da sua responsabilidade com a sociedade, com a cidadania, ou aquele conhecedor de técnicas responsáveis pela perpetuação da racionalidade instrumental, de “atenção ao cliente”? Se desejamos um gestor comprometido com o bem-estar social, em boa hora este *Cadernos Ebape* publica artigos que poderão ampliar a discussão sobre o pensamento crítico no Brasil. Porém, se ambicionamos um gestor comprometido apenas com o bem-estar econômico-financeiro, até que se prove o contrário, mantenha-se o pensamento tradicional.

Cadernos EBAPE.BR